

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Sumário</i>	V
<i>Apresentação</i>	VII
Capítulo I – Estado	1
1.1. Território	2
1.2. Povo	3
1.3. Governo	4
1.4. O Estado moderno e a globalização	5
Capítulo II – Poder Constituinte	7
2.1. Poder Reformador	9
2.2. Poder Decorrente e suas limitações	10
2.3. Modificação pela mutação constitucional	15
Capítulo III – Constituição	19
3.1. Sistemas Constitucionais	21
3.1.1. Sistema Inglês	22
3.1.2. Sistema Francês	23
3.1.3. Sistema Norte-Americano	24
3.2. Neoconstitucionalismo	25
3.3. Visão sociológica da Constituição	26
3.4. Visão jurídica da Constituição	27
3.5. Visão política da Constituição	28
3.6. Características da Constituição	30
3.7. Classificações das Constituições	32
3.7.1. Quanto ao conteúdo	32
3.7.1.1. Constituição material	32
3.7.1.2. Constituição formal	33
3.7.2. Quanto à origem	34
3.7.2.1. Constituição promulgada	34
3.7.2.2. Constituição outorgada	34
3.7.3. Quanto à forma	35
3.7.3.1. Constituição costumeira	35
3.7.3.2. Constituição escrita	35
3.7.4. Quanto à estabilidade	36
3.7.4.1. Constituição rígida	36
3.7.4.2. Constituição flexível	36
3.7.4.3. Constituição semi-rígida	36
3.7.4.4. Constituição imutável	36
3.7.4.5. Constituição fixa	37

3.7.5. Quanto à extensão	37
3.7.5.1. Constituição sintética	37
3.7.5.2. Constituição analítica	37
3.7.6. Quanto ao modo de elaboração	38
3.7.6.1. Constituição dogmática	38
3.7.6.2. Constituição histórica	38
3.8. Outros tipos de classificações	38
3.9. Diferenciação entre fonte constitucional formal e material	40
3.10. Histórico das Constituições brasileiras	40
3.10.1. Constituição de 1824	40
3.10.2. Constituição de 1891	42
3.10.3. Constituição de 1934	43
3.10.4. Constituição de 1937	44
3.10.5. Constituição de 1946	45
3.10.6. Constituição de 1967/1969	46
3.10.7. Constituição de 1988	47
3.11. Interpretação constitucional	48
3.11.1. Necessidade de uma interpretação sistêmica da Constituição	50
3.11.2. Peculiaridades da interpretação constitucional	51
3.11.3. Inicialidade da Constituição	51
3.11.4. Conteúdo político	52
3.11.5. Linguagem em forma sintética	53
3.11.6. Predominância das normas de estrutura na Constituição	53
3.11.7. Princípio da presunção de constitucionalidade das normas infraconstitucionais	54
3.11.8. Métodos clássicos de interpretação constitucional	54
3.11.9. Classificação da interpretação quanto à origem	55
3.11.10. A tópica de Theodor Viehweg	55
3.11.11. A metódica estruturante de Friedrich Müller	56
3.12. A Constituição analisada sob um aspecto sistêmico	57
Capítulo IV – Eficácia das Normas Constitucionais	63
4.1. Normas constitucionais de eficácia absoluta	66
4.2. Normas constitucionais de eficácia plena	66
4.3. Normas constitucionais de eficácia limitada	67
4.4. Normas programáticas	67
4.5. Normas de princípios institutivos	70
4.6. Normas de eficácia contida	70
Capítulo V – Aplicabilidade das Normas Constitucionais no Tempo	73
5.1. Desconstitucionalização	73
5.2. Repristinação	74
5.3. <i>Vacatio constitutionis</i>	74
5.4. Recepção das normas infraconstitucionais	75
Capítulo VI – Preâmbulo Constitucional	77
Capítulo VII – Princípios Fundamentais	81
7.1. Princípios e regras	81
7.2. Princípios fundamentais	84
7.3. Regime Democrático	84
7.4. Formas de Estado: unitário e federal	87

7.5. Formas de governo: monarquia e república	89
7.5.1. Republicanismo	91
7.6. Sistemas de governo: parlamentarismo e presidencialismo	93
7.7. Fundamentos da República Federativa do Brasil	96
7.7.1. Soberania	96
7.7.2. Cidadania	99
7.7.3. Dignidade da pessoa humana	100
7.7.4. Valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa	101
7.7.5. Pluralismo político	101
7.8. Legitimação do poder	102
7.9. Separação de poderes	103
7.10. Objetivos fundamentais	105
7.11. Princípios constitucionais internacionais	105
Capítulo VIII – Direitos Individuais e Coletivos	109
8.1. Direitos fundamentais	111
8.2. Tentativa de conceituação dos direitos fundamentais	113
8.3. Classificação dos direitos fundamentais	118
8.4. Evolução dos direitos fundamentais	119
8.5. Limitação dos direitos fundamentais e o princípio da proporcionalidade	123
8.6. Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais (DRITTWIRKUNG)	125
8.7. Direito à vida	126
8.8. Direito à liberdade	127
8.9. Isonomia	129
8.10. Isonomia de sexo	132
8.11. Compatibilidade entre as ações afirmativas e o princípio da isonomia	133
8.12. Princípio da legalidade	136
8.13. Direito de resistência	138
8.14. Princípio da liberdade de locomoção	139
8.15. Princípio da liberdade profissional	139
8.16. Princípio da liberdade de pensamento	140
8.16.1. Pensamento	140
8.16.2. Direito à informação pelos órgãos públicos	140
8.16.3. Liberdade de expressão de pensamento	141
8.16.4. Restrições à liberdade de pensamento	142
8.16.5. Ressarcimento do dano	142
8.16.6. Liberdade de consciência	144
8.16.7. Liberdade de crença	144
8.16.8. Escusa de consciência	145
8.17. Direito de privacidade	146
8.18. Direito à inviolabilidade de domicílio	148
8.19. Direito de inviolabilidade de comunicação	149
8.20. Direitos coletivos	153
8.20.1. Direito de reunião	153
8.20.2. Direito de associação	154
8.21. Direito de propriedade e sua função social	154
8.21.1. Exceções ao direito de propriedade	155
8.21.2. Defesa da pequena propriedade rural	157
8.21.3. Direito à herança	157
8.21.4. Propriedade imaterial	157

Capítulo IX – Garantias Constitucionais Processuais	161
9.1. Direito processual constitucional e direito constitucional processual	161
9.2. Direito de petição	162
9.3. Princípio da universalidade de jurisdição e princípio do acesso ao Poder Judiciário	163
9.4. Princípio da irrotoatividade mitigada	164
9.5. Vedação de tribunais de exceção e juiz natural	165
9.6. Soberania do Tribunal do Júri	166
9.6.1. Garantias do Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII, <i>a, b e c</i> , da CF)	166
9.7. Princípio da legalidade penal	167
9.8. Crime de racismo e crimes hediondos	168
9.9. Penas permitidas e proibidas	170
9.10. Princípio do devido processo legal	171
9.11. Vedação à extradição de nacionais	174
9.12. Garantias processuais dos presos (art. 5º, XLVIII, L e LXI a LXVII, da CF)	177
9.13. Prisão civil	178
9.14. Direito à duração razoável do processo	179
Capítulo X – Remédios Constitucionais, Garantias Constitucionais e <i>Writs</i> Constitucionais	181
10.1. <i>Habeas corpus</i>	183
10.2. Mandado de segurança	186
10.2.1. Procedimento do mandado de segurança	188
10.2.2. Mandado de segurança coletivo	190
10.3. Mandado de injunção	194
10.4. <i>Habeas data</i>	199
10.4.1. Fase pré-processual	201
10.4.2. Fase judicial	201
10.5. Ação popular	202
10.6. Ação civil pública	204
10.6.1. Competência	205
10.6.2. Legitimidade	206
10.6.3. Inquérito civil	207
10.6.4. Compromisso de ajustamento de conduta	208
10.6.5. Coisa julgada	208
10.6.6. Sucumbência	208
Capítulo XI – Aplicabilidade Imediata dos Direitos e Garantias Fundamentais e o seu Caráter Exemplificativo	209
11.1. Aplicabilidade imediata dos direitos e garantias individuais	209
11.2. Princípio exemplificativo dos direitos e garantias individuais	210
11.3. A constitucionalização dos tratados e convenções internacionais	211
11.4. A jurisdição do Tribunal Penal Internacional	212
Capítulo XII – Direitos Sociais	213
12.1. Direitos individuais dos trabalhadores	215
12.1.1. Garantia de emprego	215
12.1.2. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	215
12.1.3. Seguro-desemprego	216
12.1.4. Salário mínimo	216
12.1.5. Condições dignas de trabalho e repouso e inatividade	217
12.1.6. Proteção	219
12.1.7. Estipulação da jornada de trabalho	219

12.1.8. Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.	220
12.1.9. Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas	221
12.1.10. Proteção em face da automação	221
12.1.11. Participação nos lucros e co-gestão	221
12.1.12. Vantagens salariais	223
12.1.13. Vedações nas relações trabalhistas	224
12.1.14. Prazo prescricional	226
12.2. Direitos coletivos dos trabalhadores	226
12.2.1. Liberdade de associação profissional ou sindical.	226
12.2.2. Liberdade sindical	227
12.2.3. Liberdade de adesão sindical	227
12.2.4. Liberdade de atuação sindical	227
12.2.5. Proteção aos dirigentes sindicais	227
12.2.6. Greve	228
12.2.7. Substituição processual	229
12.2.8. Participação laboral	229
12.2.9. Representação na empresa	230
Capítulo XIII – Nacionalidade	231
13.1. Exceções ao <i>jus soli</i>	233
13.2. Formas de naturalização.	234
13.3. Princípio da reciprocidade	235
13.4. Exceções à igualdade entre brasileiros natos e naturalizados	235
13.5. Outras distinções entre brasileiros natos e naturalizados.	236
13.6. Perda da nacionalidade do brasileiro	236
13.7. Casos de dupla nacionalidade permitidos pelo Brasil	237
13.8. Reaquisição da nacionalidade brasileira	237
13.9. Condição jurídica do estrangeiro residente no Brasil	239
13.10. Limites territoriais do Brasil para a configuração do <i>jus soli</i>	240
13.11. Língua oficial e símbolos nacionais.	240
Capítulo XIV – Direitos Políticos	241
14.1. A soberania popular e a soberania da nação.	241
14.2. Legitimação democrática	242
14.3. Institutos da democracia participativa	243
14.4. Representação política	245
14.5. Sistemas eleitorais	246
14.6. Alistamento eleitoral e voto	246
14.7. Condições de elegibilidade	247
14.8. Reeleição	248
14.9. Inelegibilidade	249
14.10. Elegibilidade do militar	251
14.11. Ação de impugnação	251
14.12. Perda e suspensão dos direitos políticos	252
14.13. Princípio da anterioridade eleitoral e impedimento da <i>vacatio legis</i>	253
Capítulo XV – Partidos Políticos	255
15.1. Histórico.	255
15.2. Criação	256

15.3. Princípios partidários	257
15.4. Quociente eleitoral	258
Capítulo XVI – Organização Político-Administrativa	259
16.1. Desmembramento dos Estados-Membros e dos Municípios	259
16.1.1. Requisitos para o desmembramento de Estado-Membro	260
16.1.2. Requisitos para o desmembramento de Município	260
16.2. Vedações aos entes federativos	261
16.3. Bens da União	261
Capítulo XVII – Competência Federativa	265
17.1. Competência exclusiva da União	267
17.2. Competência privativa	269
17.3. Competência comum	271
17.4. Competência concorrente	273
17.5. Competência dos Estados federados	275
17.5.1. Competência residual	275
17.5.2. Competência de organização administrativa	276
17.6. Bens dos Estados-Membros	276
17.7. Organização política dos Estados-Membros	277
17.8. A estrutura constitucional dos Municípios	278
17.9. Competência municipal	279
17.10. Organização política dos Municípios	282
17.11. Fiscalização municipal	286
17.12. Distrito Federal	287
17.13. Territórios	288
Capítulo XVIII – Intervenção	291
18.1. Intervenção estadual e municipal	292
18.2. Tipos de intervenção	293
18.3. Concretização da intervenção	294
18.4. Limites da intervenção federal	296
18.5. Natureza da intervenção	297
18.6. Motivos da intervenção nos Estados	297
18.7. Motivos da intervenção nos Municípios	299
18.8. Requisitos para a decretação da intervenção	300
Capítulo XIX – Administração Pública	303
19.1. Princípios da Administração Pública	303
19.1.1. Princípio da legalidade	303
19.1.2. Princípio da moralidade	304
19.1.3. Princípio da impessoalidade	305
19.1.4. Princípio da publicidade	305
19.1.5. Princípio da eficiência	306
19.2. Investidura na Administração Pública	307
19.3. Direito de greve dos servidores públicos	310
19.4. Remuneração dos servidores públicos	311
19.5. Vedação de acumulação de cargo, função ou emprego público	313
19.6. Improbidade administrativa	315
19.7. Responsabilidade da Administração Pública	316

19.8. Regime previdenciário dos servidores públicos.	317
19.9. Natureza do regime previdenciário dos servidores públicos	320
19.10. Previdência complementar	320
19.11. Aposentadoria dos futuros servidores	321
19.12. Requisitos para a aposentadoria com proventos integrais	323
19.13. Aposentadoria proporcional.	324
19.14. Pedágio para a aposentadoria pela regra de transição	325
19.15. Abono de permanência.	327
19.16. Novas regras das pensões.	328
19.17. Teto salarial	329
19.18. Sistema previdenciário dos Estados, Municípios e Distrito Federal	331
19.19. Transição para os servidores que começaram a trabalhar mais cedo.	332
19.20. Aposentadoria especial.	333
19.21. Doenças incapacitantes	333
19.22. Contribuição dos inativos.	334
19.22.1. Proteção parcial dos direitos adquiridos.	335
19.23. A contribuição dos inativos e o direito adquirido	336
19.24. Outras inconstitucionalidades da reforma previdenciária	339
19.25. Decisão do Supremo Tribunal Federal sobre contribuição previdenciária	341
19.26. Perda de cargo ou emprego público.	343
19.27. Dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.	344
Capítulo XX – Regiões.	345
Capítulo XXI – Poder Legislativo	349
21.1. Quórum	352
21.2. Atribuições do Congresso Nacional	353
21.2.1. Atribuição legislativa imprópria.	354
21.2.2. Atribuição legislativa própria.	355
21.2.3. Direito de convocação	356
21.2.4. Direito de audiência.	357
21.2.5. Direito de informação administrativa	357
21.3. Atribuições da Câmara dos Deputados	357
21.4. Atribuições do Senado	358
21.5. Imunidades parlamentares e perda de mandato	360
21.5.1. Requisitos para abertura de processo contra parlamentares (imunidade formal).	363
21.5.2. Extensão da imunidade.	365
21.5.3. Impedimentos dos parlamentares	366
21.5.4. Perda do mandato	367
21.5.5. Investidura, pelos parlamentares, em outros cargos.	369
21.5.6. Licenças	369
21.6. Reunião	369
21.6.1. Sessões extraordinárias.	371
21.6.2. Sessões conjuntas	372
21.7. Comissão representativa	373
21.8. Comissões	373
21.9. Comissões Parlamentares de Inquérito	374
21.9.1. Princípio da colegialidade	378
Capítulo XXII – Processo Legislativo	379
22.1. Da não-existência de hierarquização no art. 59 da CF.	380

22.2. Emendas constitucionais	382
22.2.1. Limites materiais	382
22.2.2. Limites temporais	385
22.2.3. Limites circunstanciais	386
22.2.4. Procedimento das emendas	387
22.3. Leis complementares	389
22.4. Leis ordinárias. Procedimento ordinário	390
22.5. Procedimento sumário	399
22.6. Procedimento sumaríssimo	399
22.7. Procedimento legislativo abreviado	400
22.8. Procedimento legislativo concentrado	400
22.9. Procedimento legislativo especial	400
22.10. Leis delegadas	401
22.11. Medidas provisórias	402
22.11.1. Medidas provisórias editadas por governadores	409
22.12. Lei federal e lei nacional	410
22.13. Decretos legislativos e resoluções	411
22.14. Tratados internacionais	412
22.15. Leis orçamentárias	413
Capítulo XXIII – Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária	415
Capítulo XXIV – Poder Executivo	423
24.1. Competência do Presidente da República	425
24.2. Ministros de Estado	428
24.3. <i>Impeachment</i>	429
24.3.1. Histórico	429
24.3.2. Crimes de responsabilidade	430
24.3.3. Crimes comuns	431
24.3.4. Procedimento nos crimes de responsabilidade	431
24.3.5. Procedimento nos crimes comuns	433
24.3.6. Sanção	434
24.3.7. Responsabilidade relativa do Presidente da República	435
24.3.8. Competência do STF para julgamento dos crimes comuns	435
24.3.9. Competência do STJ para julgamento dos crimes comuns	436
Capítulo XXV – Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional	437
25.1. Conselho da República	437
25.2. Conselho de Defesa Nacional	438
Capítulo XXVI – Poder Judiciário	441
26.1. Estrutura do Poder Judiciário	441
26.2. Obrigatoriedade de três anos de exercício de atividades jurídicas	446
26.3. Introdução de parâmetros objetivos de aferição por merecimento	448
26.4. Recusa do juiz mais antigo	450
26.5. Impedimento de promoção	450
26.6. Critérios de acesso aos tribunais de segundo grau	451
26.7. Cursos de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados	452
26.8. Obrigatoriedade de residência na comarca	452
26.9. Remoção, disponibilidade e aposentadoria dos magistrados	453

26.10. Publicidade dos julgamentos e eleição para a composição do Órgão Especial	455
26.11. Agilização da prestação jurisdicional.	457
26.12. Quinto constitucional nos tribunais	459
26.13. Juizados Especiais e Justiça de Paz	460
26.14. Autonomia do Poder Judiciário	461
26.15. Supremo Tribunal Federal	463
26.16. Extensão dos efeitos vinculantes da decisão	467
26.17. Súmula vinculante	468
26.18. Controle externo do Poder Judiciário.	471
26.19. A constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça	475
26.20. A resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça	475
26.21. Superior Tribunal de Justiça.	476
26.22. Recurso extraordinário e recurso especial	480
26.23. Repercussão geral dos recursos extraordinários	482
26.24. Tribunais Regionais Federais e juízes federais	484
26.24.1. Julgamento de crimes contra direitos humanos pela Justiça Federal	488
26.25. Tribunais e juízes do Trabalho	488
26.25.1. Regulamentação do Superior Tribunal do Trabalho.	489
26.25.2. Criação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.	490
26.25.3. Varas da Justiça do Trabalho	491
26.25.4. Competência da Justiça do Trabalho	491
26.25.5. Tribunais Regionais do Trabalho	499
26.26. Tribunais e juízes eleitorais	500
26.27. Tribunais e juízes militares	503
26.28. Tribunais e juízes dos Estados	505
26.29. Precatórios	506
Capítulo XXVII – Jurisdição Constitucional	513
27.1. Conceito de jurisdição	513
27.2. Classificação da jurisdição.	514
27.3. Definição de jurisdição constitucional.	516
27.4. Natureza da jurisdição constitucional	517
27.5. Função da jurisdição constitucional.	519
Capítulo XXVIII – Controle de Constitucionalidade.	523
28.1. Fundamentação	523
28.2. Natureza do ato declarado inconstitucional	525
28.3. Histórico.	526
28.4. Retrospectiva do controle de constitucionalidade nas Constituições brasileiras	528
28.5. Órgãos de controle de constitucionalidade	530
28.6. Tipos de inconstitucionalidade.	532
28.7. Momentos de incidência do controle de constitucionalidade	536
28.8. Controle das normas constitucionais no tempo	539
28.9. Extensão da inconstitucionalidade.	540
28.10. Ação direta de inconstitucionalidade – ADIn	540
28.11. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.	544
28.12. Ação declaratória de constitucionalidade – ADC	546
28.13. Ação direta interventiva	549
28.14. Arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF.	551
28.14.1. Competência.	553

28.14.2. Inovações	554
28.14.3. Procedimento	554
28.14.4. Princípio da subsidiariedade	557
28.14.5. Analogia com o recurso constitucional alemão	559
28.14.6. Incidente de constitucionalidade e a sua inconstitucionalidade	561
28.15. Controle difuso ou por via de exceção	562
28.16. Controle de constitucionalidade em nível estadual e municipal	567
28.17. Interpretação conforme a Constituição e inconstitucionalidade parcial sem redução de texto	569
28.18. Procedimento do sistema concentrado de controle de constitucionalidade. Lei nº 9.868/1999 (ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade)	571
Capítulo XXIX – Funções Essenciais à Justiça	579
29.1. Ministério Público	579
29.1.1. Natureza do Ministério Público	581
29.1.2. Princípios institucionais (art. 127, § 1º, da CF)	582
29.1.2.1. Unidade	582
29.1.2.2. Indivisibilidade	583
29.1.2.3. Independência funcional	583
29.1.3. Garantias	584
29.1.3.1. Vitaliciedade	585
29.1.3.2. Inamovibilidade	585
29.1.3.3. Irredutibilidade de subsídios	585
29.1.4. Vedações	585
29.1.5. Autonomia administrativa e funcional	586
29.1.6. Autonomia financeira e proposta orçamentária do Ministério Público	587
29.1.7. Provisamento	588
29.1.8. Funções institucionais	588
29.2. Controle externo do Ministério Público	589
29.3. Advocacia pública	591
29.4. Advogados	594
29.5. Defensoria Pública	596
29.6. Autonomia da Defensoria Pública	597
Capítulo XXX – Estado de Excepcionalidade Legal	599
30.1. Histórico	600
30.2. Estado de defesa	601
30.3. Motivos para a instalação do estado de defesa	602
30.4. Medidas do estado de defesa	602
30.5. Estado de sítio	603
30.6. Motivos para a instalação do estado de sítio	604
30.7. Medidas do estado de sítio	605
30.8. Disposições gerais do estado de sítio e de defesa	606
Capítulo XXXI – Forças Armadas	607
Capítulo XXXII – Segurança Pública	613
Capítulo XXXIII – Sistema Tributário Nacional	617
33.1. Princípios gerais	617
33.1.1. Conceito de tributo	617

33.1.2. Espécies de tributos	618
33.1.2.1. Impostos	618
33.1.2.2. Taxas	618
33.1.2.3. Contribuição de melhoria	619
33.1.3. Capacidade contributiva	619
33.1.4. Regulamentação através de lei complementar	620
33.1.5. Tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte	621
33.1.6. Arrecadação no Território Federal	621
33.1.7. Empréstimo compulsório	621
33.1.8. Contribuições	622
33.2. Limitações ao poder de tributar	624
33.2.1. Princípio da legalidade tributária	624
33.2.2. Princípio da isonomia	624
33.2.3. Princípio da irretroatividade	625
33.2.4. Princípio da anterioridade	625
33.2.5. Princípio da noventena	626
33.2.6. Princípio da proibição de confisco	626
33.2.7. Liberdade de tráfego	627
33.2.8. Imunidade tributária	628
33.2.8.1. Imunidade recíproca	628
33.2.8.2. Imunidade dos templos de qualquer natureza	629
33.2.8.3. Imunidade dos partidos políticos, das entidades sindicais e das instituições de educação ou de assistência social sem fins lucrativos	629
33.2.8.4. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão	630
33.3. Exoneração tributária	630
33.4. Substituição tributária	630
33.5. Vedações à União	631
33.6. Vedação de diferenças tributárias em razão da procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza	631
33.7. Impostos da União	632
33.7.1. Imposto de importação e exportação sobre comércio exterior	632
33.7.2. Imposto de Renda e proventos de qualquer natureza	632
33.7.3. Imposto sobre Produtos Industrializados	633
33.7.4. Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	633
33.7.5. Imposto sobre Propriedade Territorial Rural	634
33.7.6. Imposto sobre grandes fortunas	635
33.7.7. Competência residual e impostos extraordinários	635
33.8. Impostos dos Estados e do Distrito Federal	636
33.8.1. Imposto de transmissão <i>causa mortis</i> e doação	636
33.8.2. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço – ICMS	636
33.8.3. Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	637
33.9. Impostos municipais	638
33.9.1. Imposto de Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	638
33.9.2. Imposto de transmissão <i>inter vivos</i>	639
33.9.3. Imposto Sobre Serviços – ISS	639
33.10. Repartição das receitas tributárias	639
33.10.1. Repartição direta aos Estados e ao Distrito Federal	640
33.10.2. Repartição direta aos Municípios	640
33.10.3. Repartição indireta por parte da União	641
33.10.4. Vedação de retenção	641

Capítulo XXXIV – Finanças Públicas	643
34.1. Normas gerais	643
34.2. Leis orçamentárias	645
34.3. Procedimento de confecção das leis orçamentárias	647
34.4. Vedações às leis orçamentárias	648
34.5. Despesas de pessoal	650
Capítulo XXXV – Da Ordem Econômica e Financeira	653
35.1. Dos princípios gerais da atividade econômica	654
35.2. Intervenção do Estado na economia.	656
35.3. O Estado como agente normativo	658
35.4. Prestação de serviço público por parte do Estado	660
35.5. Regulamentação dos recursos minerais e potenciais de energia hidráulica	661
35.6. Política urbana	663
35.7. Desapropriação de imóveis urbanos.	664
35.8. Usucapião urbano.	664
35.9. Política agrícola e fundiária e reforma agrária	665
35.10. Usucapião rural	667
Capítulo XXXVI – Sistema Financeiro Nacional	669
36.1. Correção da impropriedade temática	669
36.2. Nova estruturação do art. 192	670
36.3. Modificação do art. 52 do ADCT	672
Capítulo XXXVII – Ordem Social	673
37.1. Seguridade social	674
37.1.1. Diversidade de financiamento	674
37.2. Saúde	676
37.3. Previdência social	680
37.4. Assistência social	683
37.5. Educação	684
37.6. Cultura	688
37.7. Desporto	690
37.8. Ciência e tecnologia	691
37.9. Comunicação social	692
37.10. Meio ambiente	695
37.11. Família	699
37.12. Índios	702
Anexo – Prazos e Quóruns na Constituição Federal	705
Bibliografia.	709